



# CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 06, Nº 63 - Fevereiro de 2016

## Existe rombo na Previdência?

*Apesar do governo tentar convencer os trabalhadores, não existe rombo na  
Previdência, e muito menos suas aposentadorias são o problema do país.*

*Por Eric Gil Dantas*

A reforma da Previdência tornou-se pauta urgente do Governo Dilma. A presidente já disse que até abril já enviará a primeira proposta. A discussão é antiga e não será a primeira vez que o PT servirá de testa de ferro para encampar uma reforma previdenciária, como já fez Lula em 2003.

Aproveitando-se da crise econômica para dizer

que o problema são as aposentadorias e direitos trabalhistas em geral, o governo repete a mentira oportunista do rombo da Previdência.

No primeiro Boletim Contra-Corrente deste ano discutiremos as contas da Previdência Social. Mostraremos que diferente do que contam o governo e os jornais, não existe rombo algum, que o sistema da Seguridade Social, o qual

faz parte a Previdência Social, ela é, na verdade, superavitária e sofre inúmeros desvios de suas receitas para suprir gastos que em nada interessam os trabalhadores. Mesmo atacando a Previdência com estes desvios e com bilionárias desonerações dadas aos empresários na folha de pagamento, a Previdência não é o problema e muito menos uma das responsáveis pela crise econômica em curso.

# Seguridade Social no azul

*De 2008 a 2014 o superávit da Seguridade Social foi de R\$ 439 bilhões*

Quando falamos sobre Previdência Social temos que contextualizá-la em um sistema maior, a qual está inclusa, a da Seguridade Social. A Constituição Federal define em seu artigo 194 que “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à

assistência social”, e é formada pela Previdência Social, Saúde Pública e Assistência Social.

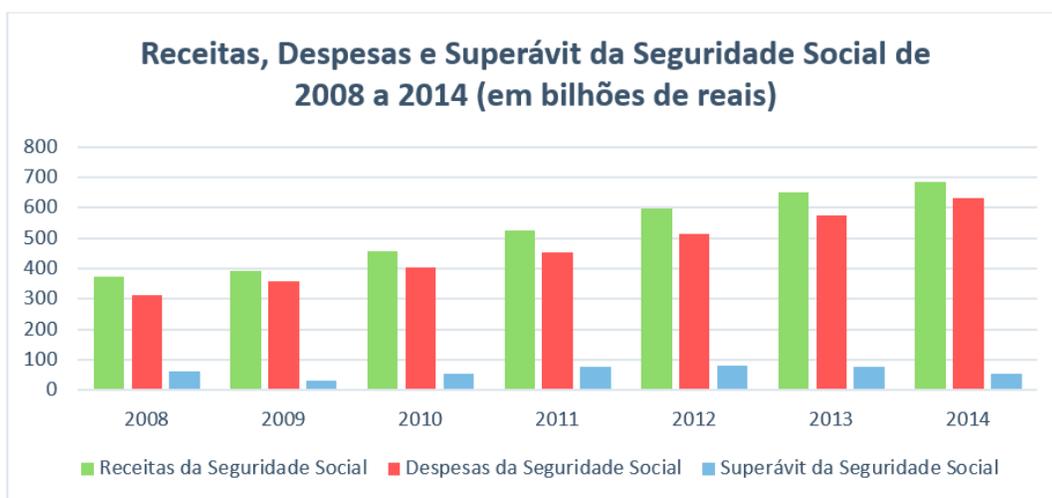
Para assegurar o funcionamento desta área, algumas receitas públicas são vinculadas diretamente à Seguridade. Este não é o caso apenas da arrecadação previdenciária, entre patrões e empregados, mas também pelo Estado (a partir de mais fontes de receita), formando

um sistema tripartite. Além das arrecadações diretamente previdenciárias (tanto urbana quanto rural) também constam como fonte de receita a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

(PASEP) e receitas provenientes dos concursos prognósticos (que são sorteios do tipo loteria), além de recursos das próprias entidades.

Como podemos ver no gráfico, o sistema da Seguridade Social manteve-se no azul em todo o período exibido de 2008 a 2014 (dois trabalhos famosos por fazerem o recálculo das contas da Seguridade Social são a tese da agora professora da UFRJ, Denise Gentil, e as publicações anuais da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – a qual optamos por reproduzir aqui por ter números mais atualizados, até 2014), variando entre superávits de R\$ 32,89 bilhões em 2009 e R\$ 82,7 bilhões em 2012.

O cálculo correto (utilizando todas



*fonte: SIAFI; MPS; ANFIP. Elaboração: ANFIP*

as fontes de receita constitucionalmente definidas para financiar Previdência, Saúde e Assistência Social) desautoriza os ideólogos da reforma previdenciária a dizer que existe o “rombo da Previdência”. Na verdade, o sistema que está inserido o órgão responsável pelo pagamento das aposentadorias, pensões, auxílios e outros benefícios recebe mais do que gasta, ou seja, a Seguridade Social goza sim de superávit.

Mas por que a mídia e o governo insistem em dizer que existe rombo? Eles desconsideram que existem contribuições sociais que servem justamente para o financiamento disto, e contam apenas com as receitas provenientes do pagamento por parte do trabalhador e do empregador. No entanto, quando uma receita se torna vinculada, ela necessariamente deve ser gasta na área. Por exemplo, o dinheiro que se arrecada com a CSLL deve ir necessariamente para gastos da Seguridade, e

não para financiar, por exemplo, pagamento com juros da dívida pública (o que muitas vezes acontece, como veremos). O objetivo desta mistificação é ludibriar a população para acreditarem que a Previdência deve ser “reformada” e mesmo substituída pelos fundos privados, indo inclusive de encontro à Constituição que prevê a existência de uma contabilidade exclusiva para a Seguridade Social, que mostraria não haver déficit algum – para enganar os trabalhadores e convencê-los que suas aposentadorias são o problema vale até ir de encontro ao que está na

lei.

Junto à isto a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que esteve em vigor de 1994 até dezembro de 2015 – e é uma pauta urgente do Governo Federal para a renovação – permite desvincular 20% destas receitas para gastar com o que quiserem. Isto é o que possibilita o Governo pegar dinheiro que necessariamente financeira a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública e jogar na conta de pagamento de juros da dívida. Logo, além de superavitária, ainda tem seu dinheiro desviado para jorrar nas gordas contas dos banqueiros.

Por fim, o Governo Federal ignora que aumentou em 136% as desonerações da Previdência Social, principalmente a partir do Plano Brasil Maior, que permitiu o não pagamento da contribuição patronal para diversos setores. Como esperar que o Governo Federal abra mão de mais de 44 bilhões de reais (a diferença das desonerações dadas antes do início da implementação da política de desonerações da Dilma, em 2010, até o seu ápice, em 2015) e não ter efeito algum no dinheiro destinado à aposentadoria dos trabalhadores? ●



fonte: Receita Federal

# Uma nova reforma da Previdência?

*A previdência que o governo quer que os trabalhadores tenham é o fundo de pensão privado, que disponibiliza mais dinheiro para o capital financeiro e deixa à mercê, como aconteceu com diversos fundos em 2015, os seus trabalhadores*

**D**ilma Rousseff já informou que pretende enviar a nova reforma da Previdência para o Congresso Nacional até o mês de abril. Seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, declarou em dezembro que irá propor a definição de uma idade mínima para a aposentadoria de 65 anos.

Baseado na mesma manipulação dos dados apresentadas nas páginas anteriores, o Governo quer insistir que o Brasil será melhor depois que criar a idade mínima para a aposentadoria, que desvincular o piso previdenciário do salário mínimo, aumentar a dificuldade de acesso aos benefícios gerais e um longo etc.

Caso seja feita esta reforma, será a segunda encampada pelos governos petistas desde que entraram no poder, em 2003 (a primeira foi no primeiro

ano do governo Lula).

Aproveitando-se de uma crise econômica, o governo rifa direitos básicos dos trabalhadores, assim como foi feito intensamente no ano passado, para agradar o “mercado”, esta entidade considerada como um deus. Para conquistar sua “confiança” e dar “credibilidade”, a promessa é que os direitos sociais serão jogados para de baixo do tapete, ainda sendo acusados de serem os geradores da crise.

Mas qual é o mundo ideal do “mercado” (leia-se capital financeiro) e dos governos que lhes servem? Que assim como outros países não exista mais uma previdência pública, e sim privada como já vem acontecendo no Brasil desde o governo Lula.

A Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), o maior plano de pensão privada do país,

acaba de ter um prejuízo de R\$13 bilhões. Mas ela não está só. Os outros três principais fundos privados (dos trabalhadores dos Correios, Petrobras e da Caixa Econômica) juntos com a Previ tiveram um déficit em 2015 que chegou a R\$46 bilhões. E para quem sobrar a conta? Para o trabalhador, claro.

A Previdência e a Seguridade Social como um todo está longe de ser o problema brasileiro, muito pelo contrário, uma conquista que deve ser defendida com todos os esforços pela classe trabalhadora, e serve para garantir que todos terão uma aposentadoria.

Por que não se discute o que realmente é um desperdício do dinheiro público, como o montante de juros pagos todos os anos pelo Governo? Apesar dos seguidos déficits primários, é importante lembrar que isto não quer

dizer que não houve gasto com juros da dívida pública federal. Se olharmos no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do Tesouro Nacional, em 2015 foram pagos R\$208,4 bilhões em juros e encargos da dívida (ou seja, sem considerar amortização ou refinanciamento), ainda mais do que os R\$170,4 bilhões em 2014. Isto é igual a 81,56% de tudo o que foi gasto com os milhões de servidores públicos e outros funcionários ligados ao governo (falo da despesa pessoal e encargos sociais), ou 75,3% do que foi transferido para os 5.561 municípios brasileiros e as 27 unidades federativas do país, ou mesmo mais de 15 vezes o que o Governo Federal classificou como investimento.

Mas querem nos convencer que o problema é a aposentadoria do trabalhador. ●

## EXPEDIENTE

**Contra-corrente** é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Coordenação Nacional do ILAESE:** Antonio Fernandes Neto, Arthur Gibson, Bernardo Lima, Daniel Kraucher, Daniel Romero, Eric Gil Dantas, Érika Andreassy, Fred Bruno Tomaz, Guilherme Fonseca, José Pereira Sobrinho, Juary Chagas, Nando Poeta e Nazareno Godeiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (44) 9866-4719 - (11) 7552-0659 - [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br) - CNPJ 05.844.658/0001-01. **Diagramação:** Phill Natal. **Editor responsável:** Eric Gil Dantas.